

012ª Audiência Pública 09JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o PLE nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.

09/06/25 Humaitá CTG Vaqueiros da Tradição – R. Dr. Caio Brandão de Mello nº 250

Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (19h06min) Boa noite a todos. Convido o secretário de governo, André Coronel, para vir aqui para a frente. O Sr. Matheus, do DMAE, por gentileza. A Sra. Sandra e o Sr. Edson, do Simpa, por gentileza. Ver. Carlo, aqui na frente ficou reservado para os vereadores. Diretor, venha para cá. Para nós iniciarmos, aqui são os dois bancos reservados para os vereadores. A Jana fica ali orientando. Ver. Rafael Fleck, que também está aqui no recinto, por gentileza. Convido todos também, a comunidade, a se juntarem a nós; podem sentar, senhores. Juntos nessa terceira audiência pública, desta vez sendo realizada aqui no Humaitá, que tem como objetivo debater o Projeto de Lei do Executivo nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre. É um edital que já está na rua há bastante tempo. Ver. Rafael, aqui nos dois primeiros bancos, os vereadores, por gentileza. Aqui temos assentos preferenciais. Dou abertura, então, a esta audiência, fazendo a explicação de como ela vai acontecer. Primeiramente, o governo tem dez minutos para

apresentar o projeto. Depois, o Simpa tem dez minutos para fazer a sua apresentação também, que o Edson me disse que tem uma apresentação. Logo em seguida, nós já vamos abrir as inscrições para as pessoas que são favoráveis ao projeto e para aquelas que são contrárias ao projeto, para poderem falar. As pessoas terão cinco minutos de fala, sendo alternadas pelos vereadores, que serão chamados por mim. Ao término, nós faremos o contrário: o Simpa fala seus dez minutos e o governo fala dez minutos, e nós encerraremos a audiência pública. O Sandro, que está ali na Mesa, vai colher o nome completo das pessoas favoráveis e contrárias. Já vamos iniciar, de imediato, com o governo. Vou passar a palavra aqui ao secretário André Coronel, para já expor as suas justificativas.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Boa noite a todos. Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Comandante Nádia, que conduz os trabalhos na noite de hoje; o Edson, a Sandra, o Matheus, o Ver. Fleck, o Ver. Carlo, a deputada Sofia Cavedon, enfim todos presentes aqui. Inicialmente, eu gostaria de destacar a importância desta audiência pública. A Câmara de Vereadores, por sua iniciativa, propôs essa discussão e ela é muito relevante para que a comunidade saiba exatamente do que está se tratando nesse projeto de lei. Primeiro, é importante destacar que esse projeto faz uma autorização para que o poder municipal possa fazer a concessão parcial do DMAE. O que é concessão, afinal, essa palavra? O que é concessão? É quando o poder público concede ao poder privado algum serviço, alguma obra, alguma ação que ele possa realizar em detrimento do poder público. Nós temos inúmeros exemplos de concessões pelo País. Aliás, importante destacar, a concessão é um modelo adotado tanto em nível federal, estadual e municipal. O governo Lula, o governo do PT, fez 24 concessões, do ano passado para este ano. Por que ele fez? Porque não é o modelo de concessão que está em discussão, o que está em discussão é se esse é um modelo eficiente. Por que se faz essa concessão? Porque, normalmente, o poder público não tem poder de investimento, não tem rapidez na aplicação dos seus investimentos. Enquanto o poder público tem que fazer, realizar um projeto, um

termo referencial, lançar um edital, fazer uma licitação, o privado, a empresa privada, faz diretamente aquela obra, aquele serviço, não precisa consultar ninguém, nem seguir esse rito, que, obrigatoriamente, o poder público tem que fazer. Então, essa é a diferença primária, por que se faz a concessão. E fazendo a concessão, com a rapidez que o poder privado, que a empresa privada tem, ela faz com muito mais agilidade, com muito mais rapidez, e aquele dinheiro investido retorna em novos empregos, retorna em serviços mais eficientes. No caso da concessão DMAE, eu acho que é primordial destacar que, quando tu fazes o esgoto de uma pessoa, tu estás melhorando a qualidade de vida daquela pessoa, daquela família e tu estás melhorando a saúde daquela família. Então, é um assunto muito sério, que requer toda essa discussão, mas o importante é que isso está sendo feito para atingir exatamente aqueles que mais precisam, aquelas pessoas mais vulneráveis da nossa comunidade. Se nós compararmos, por exemplo, com outros tipos de serviços realizados pela Prefeitura, esse é um modelo único, na realidade, em termos de Prefeitura. Nós temos alguns exemplos de concessões menores – para vocês entenderem melhor, eu vou exemplificar. Por exemplo, as novas paradas de ônibus aqui em Porto Alegre, essas paradas novas que vocês estão vendo pela cidade, é um modelo de concessão. O privado, a empresa privada que está fazendo as novas paradas recebe em troca disso a exploração da publicidade nas paradas. Então, é um modelo bom e que está dando certo. A Orla 1, aqui a orla do nosso Guaíba, também foi concedida. O que acontece na orla? A orla... Gostaria só de pedir o respeito por parte do nosso amigo ali, para a gente poder concluir o raciocínio. Mas assim, só para ter uma ideia, a Orla 1, hoje, ao lado do gasômetro, foi concedida para a iniciativa privada. Em troca do quê? Ela mantém a manutenção da orla, ela faz o corte de grama, ela mantém bonito, mantém pintado, em troca ela explora a atividade econômica ali da orla. Então, é uma concessão que está dando certo na cidade.

Privatização! Privatização é completamente diferente de concessão. Eu vejo muitas pessoas falando: “Não, mas é privatização”. Não é, não é privatização! É uma concessão. Privatização é quando o poder público vende uma empresa

pública para a iniciativa privada. Por exemplo, a Equatorial, a CEEE Equatorial, foi vendida pelo governo do Estado para uma empresa privada e nunca mais vai voltar para o poder público. É diferente da concessão, que é uma venda provisória, vai ser concedida por algum período, por algum tempo, e depois essa atividade retorna para o poder público ou o poder público renova novamente essa concessão. Eu quero também destacar que a tarifa social – é importante dizer isso – se mantém. Tem lei federal que regula a tarifa social. Assim como ela se manteve, por exemplo, numa privatização, que é muito mais forte que uma concessão; na concessão também obrigatoriamente o poder público vai manter. Quando a gente faz a nossa concessão, a gente recebe o recurso por parte do poder privado para explorar essa atividade, que se chama outorga. Esse recurso que o município recebe, ele aproveita para utilizar no sistema de proteção de cheias, ele vai aproveitar para utilizar esse recurso na modicidade da tarifa, no valor da tarifa. Então ele pode regular a tarifa com base nesse recurso que o município vai receber. Vou passar a palavra aqui para o Matheus. Por favor, Matheus.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário André Coronel. Aproveitando o tempo que temos, aproveito para saudar novamente a Ver.^a Comandante Nádia, presidente dos trabalhos da audiência de hoje, em seu nome estendo os cumprimentos a todas as autoridades, em especial a todos os senhores e senhoras aqui presentes. Vou pedir licença para a gente poder explorar, aproveitar um pouquinho aqui a apresentação. É nesse contexto, senhores e senhoras, em que se insere o projeto de lei que é proposto pelo Poder Executivo. Essas são cenas aqui da região. O que nós questionamos, a partir desse projeto e que propomos é se isso é justo. Obviamente é uma pergunta retórica – sabemos que os serviços de saneamento básico devem chegar a todos, devem ser atendidos todos. Por três razões em especial nós precisamos enfrentar essa questão. Primeiro, por questão de dignidade, de dignidade a todos; então, prestarmos serviço de qualidade e serviço de saneamento básico a toda população. Segundo, por legalidade, por questões

que nos impõe a lei federal, a Lei nº 11.445, recentemente alterada em 2020, que traz o novo Marco Legal do Saneamento Básico, e por questões de democracia, que possamos prestar serviços ou universalizar esses serviços, ou seja, atender a todos da mesma forma. E, como disse, por questões de legalidade, onde se insere esse projeto de lei? Ele se insere no âmbito da lei federal, do novo marco regulatório de saneamento básico, que obrigou ou trouxe a obrigação a todos os entes da federação de atendimento de metas, metas sobre atendimento de saneamento básico. Então, temos a obrigação de que 99% da população seja atendida com abastecimento de água potável e, no mínimo, 90% da população seja atendida com esgotamento sanitário até 2033. Caso isso não ocorra, caso os entes da federação não consigam alcançar essas metas, que também são permeadas por metas interrelacionadas com normas regulatórias, ou seja, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico regula o cumprimento, fiscaliza o cumprimento dessas metas, a partir de agências reguladoras locais. O que a gente pode ter é a restrição de acesso a recursos federais, está bem? Esse é o cenário que nós temos hoje em Porto Alegre. Então, nós temos um bom índice de atendimento à população em abastecimento de água potável, embora tenhamos alguns níveis de intermitência, ou de não intermitência, no caso, que não atendem à meta estabelecida pela ANA, mas nós temos um índice de tratamento de esgoto, de esgotamento sanitário, bastante aquém da meta estabelecida para 2033. Quando nós olhamos para o nosso Plano Municipal de Saneamento Básico, lá de 2015, a gente vê que, em 2015, a gente já olhava para esses desafios, então o DMAE ou o Município já olhava para esses desafios e mensurava esses desafios na ordem de, em cifras de hoje, pouco mais de R\$ 3 bilhões, valor que precisaria ser investido em esgotamento sanitário. Da mesma forma, quando a gente olha para esse mesmo espectro de tempo, de 2015 a 2023 – então, excluimos aí dessa base de cálculo 2024, que foi um ano em que o Município e o DMAE tiveram bastante gastos, não em investimento, ou seja, não em nova infraestrutura, não em obra propriamente dita, mas em despesas correntes devido aos eventos climáticos extremos –, nós vemos que a capacidade de investimento do DMAE ou do

Município em saneamento não foi superior a R\$ 100 milhões ao ano, essa é a média. O que nos leva, assumidas as premissas de que, caso o DMAE concentrasse toda a sua capacidade de investimento em esgotamento sanitário, seriam necessários ainda em torno de 30 anos para que essas metas fossem alcançadas. E é nesse âmbito que se insere, então, um instrumento administrativo: a concessão, um contrato de concessão, que nada mais é do que um contrato de obras e serviços, um contrato de delegação para apreciação de determinado serviço por tempo determinado. E, como vimos, o marco legal do saneamento não é algo que alcança somente Porto Alegre. Esse é um desafio enfrentado por todos os entes da federação. E como esses entes da federação têm reagido frente a isso? Muitos deles têm lançado mão, então, do instrumento que é a concessão de serviços para poder alavancar esses investimentos, poder chegar, antecipar esses investimentos à população e conseguir atender a esses parâmetros. E aqui nós podemos ver, senhores, que diversos entes ou diversos gestores de diversas matizes político-partidárias realizaram concessão em seus estados ou em seus municípios. E aqui a gente pode citar gestores do PT, do PL, do PDT, do MDB... (Presidente informa que resta um minuto.) ...em diversas questões.

Pode passar, por favor, diretamente, então, ao teor do projeto de lei que nós temos. O que se apresenta, neste momento, então, à Câmara de Vereadores é um projeto de lei que tem, sim, em seu artigo principal a autorização da concessão do serviço de saneamento básico, embora isso fosse dispensado pela própria lei federal – a própria Lei Federal nº 9.074, de 1995, já dispensa essa autorização legal –, mas justamente porque a municipalidade entende que é neste local, que esta é a oportunidade adequada para que possamos dispor algumas salvaguardas a essa concessão, ou seja, que os serviços de captação e tratamento de água não sejam objeto de concessão. Então, remanesceria aqui sob prestação direta do DMAE: serviço de captação, tratamento de água e também, obviamente, drenagem urbana. Segundo ponto, que sejam mantidos todos os cargos públicos relativos ao DMAE, ou seja, está garantida, então, a estabilidade de todos os cargos existentes hoje aos servidores do DMAE. E um

terceiro ponto, que é de suma importância destacar, que os recursos percebidos a título de outorga tenham sua finalidade garantida, então, a qualificação do serviço de saneamento, ou ainda, em especial, os serviços de drenagem urbana. Era isso, senhores. Boa noite.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Foram treze minutos e trinta segundos, eu vou dar o mesmo tempo para a Sandra poder também apresentar o seu contraponto.

SRA. SANDRA DARUI: Boa noite a todos e a todas presentes. Saúdo a Mesa, todas as autoridades, o pessoal da população que veio aqui e os CCs, que também têm bastante. Então, boa noite a todos. Nós estamos aqui para fazer o contraponto a esse projeto do governo, porque água e saneamento não são mercadoria. Eles já deram os argumentos, vocês viram, eu vou fazer só a parte do contraponto à privatização. Então, na verdade, isso se trata de uma decisão política, não é uma decisão técnica, não passou pelos técnicos do DMAE – só para vocês saberem –, em nenhum documento nosso está dito que o DMAE concorda com isso, os técnicos do DMAE. É um negócio de alto risco, porque não tem duas torneiras, se essa concessão der errada, não tem como voltar atrás. Eu vou falar um pouco mais sobre isso depois.

O DMAE já atende 100%, eu não sei de onde tiraram 99%, porque desde 2000, no final dos anos 1990, já era 100%, com algumas intermitências. Eu concordo com o diretor Matheus, que tem intermitência, sim, mas que foram agravadas nos últimos anos. E se considerar a coleta, o DMAE já tem 91% de coleta de esgoto. E se considerar que em todos os projetos novos se exige fossa e filtro, nós temos 78% de tratamento, porque daí nós temos tratamento primário, o DMAE exige isso nos projetos e fiscaliza isso.

A realidade que demonstra das concessões, privatizações, seja o que for, que nós temos péssimas experiências. Aqui no Rio Grande do Sul, Uruguaiana. Uruguaiana já tem aqui, várias vezes, a Câmara Municipal quis terminar com o contrato, só que a multa é milionária, então não tem como terminar com o

contrato de concessão de Uruguaiana. Manaus já tem quase 20 anos de privatização e só tem 20% de esgoto. Vinte por cento, vocês guardaram esse número? Londres. Londres, olha a notícia: “Colapso da Thames Water [que é a empresa concessionária lá] mostra fracasso devastador da privatização da água na Inglaterra”. E aqui, exemplos no Brasil e no mundo mostram o fracasso da privatização.

Aqui a gente tem um caso muito típico, a CEEE Equatorial. Eu não preciso falar sobre a CEEE Equatorial, acho que não preciso falar para ninguém sobre isso. A própria Câmara de Porto Alegre, que está fazendo audiência pública, convoca a CEEE para prestar esclarecimentos. O prefeito, quando precisa, não consegue falar com o presidente da CEEE. Ele vai conseguir falar com o presidente da Aegea, porque vai ser a Aegea. Ele vai conseguir falar com ela? Espero que sim, se acontecer isso. Então, esses são exemplos. A realidade é que, se isso fosse tão bom assim, o serviço dessas empresas privadas, por que elas permaneceram com o nome das públicas? CEEE Equatorial, Corsan, Aegea. E elas são privadas!

Outra realidade: a gente tem problemas em contratos na própria Prefeitura. Estou dando dois exemplos. Olha a crise do lixo que teve no ano passado, em 2023, 2024, agora parece que estava melhorando um pouquinho. É terceirização!

Aqui, o próprio DMAE, a nossa leitura é terceirizada. Quantos de vocês não tiveram algum problema na conta? A nossa leitura é terceirizada há 10 anos, e não deu certo. Há 10 anos não dá certo. E olha o risco que a gente tem em um único contrato. A concessão é um único contrato, gente, tem que pensar muito nisso.

O diretor Matheus fala dos investimentos. Eu acho legal que agora, nos dados, aqui são os dados gerais do DMAE, o pessoal tira os anos anteriores. Aqui eles começam em 2015, mas os anos em que se investiu no PISA, em esgoto, eles tiraram dos relatórios, porque se investiu muito nesses anos. Eu vou mostrar quanto é esse muito. O que se evidencia agora – e foi falado na primeira audiência –, é um problema de gestão. Os investimentos em Porto Alegre,

principalmente o de esgotamento sanitário, nos últimos anos, foram freados, estão puxando a gente para trás por decisão dessas duas últimas administrações municipais. Na realidade, o que está acontecendo? É precarização e desmonte para privatizar. Vai ter um *slide* da apresentação igual a esse aqui. Isso aqui é 2023. E olha o que o prefeito fez em 2023: ao invés de estar preparando a cidade – teve uma enchente em setembro, depois novembro –, não, ele estava apresentando o projeto de privatização naquela época lá, igual a esse aqui. E o que aconteceu em 2024? O desmonte sem precedente dos serviços públicos levou Porto Alegre ao colapso. E nós estamos em uma área que entrou em colapso. A realidade é essa, todas essas pessoas que estão... Nós temos uma CPI, dia 5 foi instituída a CPI do desmonte do DMAE. Então nós temos um diretor que saiu do DMAE e foi trabalhar na Aegea. Nós temos um diretor, um gerente de licitações do DMAE com R\$ 146 mil na casa dele – está aqui o dinheiro –, e nós temos um ex-diretor que virou réu de uma suspeita de propina. Todos eles indicados por quem? Eu não vou dizer, vocês sabem por quem. E o que eu disse quando dizem que o DMAE não tem capacidade? Em 2014, foram inauguradas todas as obras do PISA. Eram R\$ 620 milhões na época. Atualizando monetariamente, como eles estão fazendo agora com o PMSB, corresponde a R\$ 1,5 bilhões em um único programa, que aumentou a capacidade do DMAE de tratamento de esgoto para 80%, junto com o SES Sarandi. Quando eles dizem que o investimento é de R\$ 10 bilhões, o que eles fizeram? Eles mesmos disseram aqui, eles pegaram o PMSB, que é de 2015, atualizaram a valores monetários e deu os R\$ 10 bilhões. E dá bem isso mesmo, está bem certinho. Só que eu vou mostrar para vocês que não é bem isso. O DMAE fez várias coisas, são 10 anos. O DMAE não fez nada em 10 anos? Vocês devem estar se perguntando isso. Agora nós vamos mostrar o que o DMAE fez nesses 10 anos. Em água, já disse, já está universalizado. Então nós temos investimentos necessários lá do PMSB, que eram R\$ 900 milhões. Só que, vejam bem, nós fizemos várias obras disso e agora nós temos R\$ 240 milhões do sistema da Ponta do Arado, que é Leste, Extremo-Sul; nós temos R\$ 84 milhões no sistema de São João, que é Zona Norte, vocês pegam um pedaço aqui; nós temos R\$

40 milhões para a nova captação do Menino Deus, que é Centro, Leste e Sul; e R\$ 20 milhões que a gente, anualmente, já gastamos, desde aquela época, em substituição de redes e adutoras. Então nós já temos contratados R\$ 484 milhões, não é R\$ 900 milhões.

Esgotamento sanitário. Nós já temos rede com separador total de 73%, faltam 27% de redes, concordo nisso. Só que nós temos rede mista, 17%. Sendo que essas, a gente pode captar elas em tempo seco e mandar para tratamento. Nós temos uma capacidade de 80% de tratamento, e os investimentos necessários são cerca de R\$ 2 bilhões, que realmente não foram feitos, isso eu concordo com vocês, não foi feito. Mas só aqui, falando algumas soluções que a gente já tem, a gente já teria 78%. O que já tem contratado? R\$ 120 milhões para implantação de redes coletoras, estações de bombeamento, aqui, para a área de vocês, para ir para tratamento na ET São João Navegantes.

E, quando eles dizem que o DMAE está muito ruim no esgoto, eu digo que não, gente! Você sabe o que é 7 mil toneladas por ano de matéria orgânica, de esgoto tirado da rede? Isso aqui é só dessa estação de tratamento, que é a ET Serraria. Isso aqui dá para encher três piscinas olímpicas, ou 1.300 caçambas de esgoto. É muita coisa. Quando o pessoal olha aquele negócio que tem lá na Ipiranga, aquele recolhimento de resíduos que tem aquela barreira ecológica, ela junta, nos 10 anos que ela funcionou, ela foi só 140 mil toneladas. Então é 140 toneladas. Então é muito pouco, e todo mundo acha que lindo isso. Nós tiramos 7 mil toneladas por ano. E olha que linda que é a ET Serraria lá. E para a drenagem, desde 2019, o DMAE subsidia grande parte do investimento em drenagem. O DMAE salvou a cidade no ano passado, porque se não tivesse o dinheiro do DMAE, não tinha hidrojato para limpar a rua, não tinha hidrojato para desobstruir rede, não tinha um monte de coisas que o DMAE, com dinheiro de água e esgoto, alcançou para a cidade. Aí, em investimentos, estima-se que sim. São R\$ 4 a R\$ 5 bilhões. E os recursos já disponibilizados, nós já temos R\$ 3 bilhões. Então não fecha a conta dos R\$ 10 bilhões, vocês entendem que não fecha essa conta? Então nós temos aqui R\$ 2 bilhões para a bacia do Rio Gravataí, R\$ 500 milhões da Funrigs para as EBAPs, casas de bombas, entre

vocês aqui tem três, e R\$ 500 milhões para a bacia do Arroio Feijó e Santo Agostinho, que também vai ser beneficiada lá na Zona Norte. Então nós temos um total... Ah, fora os R\$ 6,5 bilhões que tem para o Estado inteiro, que o DMAE pode entrar, a Prefeitura também pode pegar. Então nós já temos R\$ 3 bilhões, R\$ 3 bilhões! Até para vocês, acho que é interessante, se vocês puderem me deixar, eu vou explicar o que são esses R\$ 3 bilhões, mais ou menos.

Pode passar o próximo. Eu acho que era isso que o DMAE tinha que estar apresentando para vocês. Então já está em licitação o lote 1, que é a EBAP 12, 17, 18 e 20, que é do centro, projetos de reconstrução do lote 2, 5, 6, 8 e 10, 5 e 6 é de vocês aqui, prevista a conclusão dos projetos em julho, e licitar agora no segundo semestre. Depois tem o lote 3, que é a 1, a 2, a 3, a 4, pega um pedaço de vocês aqui também, 13, 14, 15 e 16, previstas para o final de maio agora. Então já vai começar algumas obras aqui. Licitação prevista para o primeiro semestre de 2026.

E o que é reconstrução? É botar as bombas para cima, botar os quadros de comando para cima, as bombas são aquelas que podem alagar, então vai ter 5 mil litros por segundo, que é bastante para drenar, tem mais estruturas elevadas para botar gerador, se for necessário; isso tudo vai ter. Substituição de comporta, melhoria no gradeamento, melhoria de estruturas civis e aumento das cotas de coroamento dos tanques de deságue, que foi o que deu problema lá no centro, que já está fazendo. Pode passar? (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Estou concluindo já. Esse é o mesmo slide, então quando diz, não vai ter aumento de tarifa, não é verdade, a concessão da Cedae, que foi usada como exemplo aqui, não tem dois anos, os parceiros já pediram realinhamento e a Cedae vai ser entregue agora no final do ano integralmente.

O DMAE perde o controle da água distribuída, porque a partir depois... A gente não vai ter controle a partir do momento que ela vai para a população e nem dos efluentes de esgoto. Então a gente não sabe se vai dar certo ou errado.

O patrimônio do DMAE não é de um governo, não é de um governo, gente, tá? Os ativos do DMAE passam a ser controlados por eles, pela concessionária. Então a gente diz: A cidade não está à venda, gente. Mais uma coisa que está à

venda? E por que arriscar um contrato de 35 anos com a premissa de que ele é reversível? Ele não é reversível, gente. Nós não vamos desfazer, porque nós não vamos existir mais, nós não vamos estar aqui, vocês não vão estar aqui. Vejo poucos jovens aqui, nós não vamos estar aqui. Se der errado, azar é deles. Pode passar. E a realidade, e eu acho que muitos de vocês já viveram isso...

PRESIDENTE VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Sandra, obrigada, 13 minutos e 30.

SRA. SANDRA DARUI: Eu só vou terminar, é o último. É que muitos moradores de Porto Alegre têm como primeiro endereço a conta do DMAE. Primeiro comprovante de endereço, tá? É isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sandra. Passamos à sociedade civil. Palmira Marques da Fontoura, por gentileza. A senhora vai ter cinco minutos. Passa para o outro lado ali, dona Palmira. A assessoria me ajuda, o microfone, por gentileza. Preciso de alguém aqui da assessoria. Gente, cadê o cerimonial aqui? Dona Palmira, a senhora fala aqui, de frente para o pessoal. Cinco minutos, a senhora tem. Quando faltar um minuto, eu lhe aviso, tá?

SRA. PALMIRA MARQUES DA FONTOURA: Tá bom. Boa noite, essa plateia está muito boa, a gente está aqui. Eu só queria colocar para vocês todos, que é o meu parecer, que eu tenho, que privatizar a água do DMAE não pode, porque a nossa água não é mercadoria. Porque nós vamos ficar muito mal no momento que for privatizada a nossa água. Porque tem duas coisas. Eu nunca sei o que dizer. A CEEE daqui que deixaram ela, está botando contador nas casas das pessoas, aqui nas vilas – tem pessoas que talvez até vão falar melhor do que eu –, e não avisam. Eles chegam lá, colocam, e o dinheiro, depois, tem que pagar. E a nossa água vai ser a mesma coisa. Por quê? A gente vai pagar um pouquinho ali, um pouquinho lá, quando vier a água, quando eles começarem a usar a água mesmo, é uma fortuna que o povo vai pagar. Isso todo mundo já sabe, porque

aqui a gente não é bobo. Nós usamos a água há muitos anos. E a nossa água, depois que a direita entrou na Prefeitura, o que aconteceu? Eles foram diminuindo o trabalho do DMAE, porque o DMAE tinha imensos valores com os trabalhadores, com os moradores, e, agora, está desse jeito que nós estamos vendo. Eu, como usuária, eu me sinto, como se diz, que estou sendo lesada pelo nosso trabalho, pela nossa atividade. A gente trabalha com a comunidade, a comunidade está sempre reclamando. Então, a gente não sabe o que vai acontecer com a nossa água na privatização. Por quê? A Prefeitura fica com um pouquinho, com o pior, que é o esgoto, é isso, é aquilo, e as outras vão ficar para arrumar a água. Eu digo uma coisa para vocês, gente, infelizmente, nós estamos no caminho, aliás, a Prefeitura está no caminho errado, muito errado. Então, eu acho assim, que nós temos que fazer, dizer não. Eu digo para a comunidade toda, eu falo: não à privatização do DMAE. Porque, senão, nós vamos se ferrar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. PALMIRA MARQUES DA FONTOURA: É. Além de ser a população, sempre vai ser a população, sempre vai ser ela. Não adianta dizer que não. É nós que vamos pagar a conta. E isso é uma pouca vergonha. Os governos não têm possibilidade, não têm como fazer projetos, aí eles jogam tudo para a iniciativa privada. Nós vamos dizer o quê? Hoje eu estou falando aqui, mas o que eu estou falando, Sofia, e para toda a comunidade que está aqui, talvez vá entrar num ouvido e sair no outro.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SRA. PALMIRA MARQUES DA FONTOURA: E não a comunidade, pelos órgãos que são da Prefeitura. Então, eu agradeço a todo mundo que está aqui hoje por esse trabalho que nós estamos fazendo. E eu fico muito triste que a minha neta, as crianças que estão aí, elas vão sofrer essa consequência. Eu já estou no caminho, mas as crianças vão ficar nesse caminho. E eu dou parabéns

para o DMAE que todos esses anos vocês foram as pessoas que cuidaram a água do povo de Porto Alegre. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, D. Palmira. Fala o Sr. Roberto André Mazzocco, do Comitê Municipal em Defesa da Água e DMAE 100% Público.

SR. ROBERTO ANDRÉ MAZZOCCO: Boa noite para toda a comunidade que está aqui reunida essa noite. Bom, gente, primeira coisa, o DMAE foi encampado em 1904. Até 1904, as pessoas de Porto Alegre iam buscar a sua água nas sangas. A minha tataravó, ela morava no Menino Deus, e eles desciam o morro ali do Menino Deus para pegar a água na sanga do diabo, com a minha bisavó no colo. Era assim a dificuldade das pessoas naquela época. Então ela foi encampada por quê? Porque era uma empresa privada que tomava conta da água, mas não dava condições para toda a população de Porto Alegre. Nós temos o DMAE, desde 1904. Eu gostaria aqui – se o diretor Martins Gonçalves Neto, para quem não conhece, ele foi o primeiro diretor da autarquia, quando foi formada a autarquia, em 1956 – eu queria ver ele aqui, ele deve estar agora se remoendo dentro do túmulo de ver gestores virem aqui dando a solução para vender algo que é nosso, algo que é de vocês, uma empresa que foi construída pela população de Porto Alegre, para suprir as necessidades da população de Porto Alegre. Eu queria ver como é que ele ficaria com esses gestores que não apresentam, em nenhum momento, solução, e a única solução que eles têm é a venda, a única solução que eles têm é público-privado. E, depois, eu tenho que aguentar vir aqui com argumento e dizer: “não, vamos agilizar a burocracia”. Gente, se até com licitação, eles fazem corrupção, imagina sem, imagina sem, imagina sem. Inclusive o Lula, isso aí, o Lula com a burocracia. Agora, imagina se não tem burocracia, hein? Quantas Ferraris não vão andar aí por Porto Alegre? Quantas Ferraris? Hein? (Palmas.) É essa a realidade que nós temos. Depois, vem aqui me dizer: “ai, democracia, legalidade”. Quantos trabalhadores, dentro da legalidade e da democracia, perderam seus direitos, porque foram

votados no Congresso, foram votados na Assembleia Legislativa e foram votados também no Município, retirando seus direitos, que eram direitos que estavam em leis. Quem é que vai me dizer que eles não vão tirar a taxa social? Quem me garante? Quem me garante se a empresa que vai privatizar não vai fazer uma pressão em cima dos vereadores? Porque tem muita pressão, tem muita pressão, bastante pressão para mudar uma lei. É fácil, é simplesmente fácil. Então, esse papo furado de democracia, que para mim é uma coisa relativa, e também a legalidade é relativa, porque o ser humano, ele pode mudar, o legislador, ele muda a lei de uma hora para outra, ainda mais no Brasil. Quem vai garantir que a taxa social vai existir? Quando a empresa privada for lá, e parece que temos um prefeito que chegou e disse, né, que não tem almoço de graça. Ou já esqueceram? Hein? Quem é que já esqueceu? Disse que não existe almoço de graça, para venderem a Carris. É ou não é? Não foi isso que aconteceu? E a Carris não era nossa? E não tinha uma lei que protegia a Carris? E eles não votaram, na Câmara de Vereadores, para privatizar a Carris? Passaram por cima e mudaram a lei. Pois é, é legalidade. Muitas vezes, gente, muitas vezes, quando vêm aqui e dizem e mostram ali fotos das pessoas com esgoto a céu aberto, isso é vergonhoso, não deviam mostrar isso. Porque isso aí, para mim, é atestado de incompetência. (Palmas.) Se, desde 2023, eles tivessem com a energia que eles têm agora para tentar vender a qualquer custo, tivessem resolvendo os problemas, hoje, estaríamos com 100% no tratamento de esgoto. Não! Não é mercadoria. Água não é mercadoria. E o DMAE é do povo de Porto Alegre. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Seu Roberto. Seu Roberto, o senhor fez uma denúncia bem grave aqui, falando...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Estou falando, Seu Roberto. O senhor fez uma denúncia bem grave aqui que os vereadores podem sofrer

pressão a respeito de dinheiro. Eu gostaria que o senhor denunciasse isso na Câmara de Vereadores, para que nós pudéssemos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor pode me ouvir? O senhor é mal educado? O senhor pode me ouvir? Gostaria que o senhor fizesse...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor quer ficar aqui? Não, estou lhe falando. O senhor fez a denúncia aqui, o senhor coloque no papel, por gentileza, porque os vereadores não estão brincando aqui. O senhor tem que provar o que o senhor está dizendo. Então, assim, nós não podemos ser irresponsáveis numa audiência pública.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor pare de gritar que eu estou falando. O senhor pare de gritar que eu estou falando. Eu sou a Presidente da Câmara e estou aqui presidindo uma audiência pública, que eu acho que as pessoas têm educação. O senhor não grite mais, porque eu sou mulher, mas eu sei gritar mais que o senhor. Nós podemos continuar falando com essa audiência ou podemos encerrar. (Palmas.) Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite a todas e todos os presentes, às autoridades, aos moradores. Inicialmente, eu queria perguntar, levanta a mão aí quem não é CC do governo Melo, faz favor. Quem não é CC do governo Melo? Quem não é CC do governo Melo? Pouca gente. O governo Melo escalou a “cecezada” toda para acompanhar as audiências. Ah, agora a gente entende qual é o tipo de debate que eles querem fazer. Eles para eles mesmos. Não

passou um caminhão de som na comunidade. Nenhum caminhão de som chamando para debater, para chamar a população. Não chamaram, porque eles não querem debater com o povo. Eles não gostam do povo. Sabe por que eles não gostam do povo? Porque o povo, o governo Melo gosta que vá na urna só votar lá em outubro, de quatro em quatro anos, para eles ficarem na Prefeitura privatizando. Eles venderam a Carris e diziam... O Melo dizia: “Vai melhorar, o transporte agora vai melhorar!” Eu vi o Melo, ele falava naqueles vídeos, a gente viu o Melo com chapéu de palha, e está aí o transporte. Teve que dar R\$ 180 milhões – isso é um escândalo – para as empresas de ônibus da capital, o dinheiro público está indo para o transporte privado. Aí tem dinheiro, aí tem dinheiro, Edson. Então hoje não tem dinheiro para fazer a drenagem, que é isso que ele diz para vocês, Sandra. Ele diz que não tem dinheiro, não tem como captar recurso, vamos chamar o privado para captar recurso: vem privado, vem! Aí, o privado, eles acham que o privado vem numa boa, eles acham que o privado é uma igreja, que vai fazer caridade, vai dar água barata para todo mundo, vai tratar o esgoto, olha que legal, olha que romântica a proposta do governo Melo, é ou não é? Parece, gente, que o Machado de Assis escreveu isso, é um romantismo, uma coisa linda, que o privado vai vir e vai fazer o saneamento para a cidade. Onde estava esse privado, deputada Sofia, que, até agora, não tinha aparecido. O privado vem para ganhar dinheiro, como a Equatorial está aí ganhando grana, e está oscilando a energia, é um escândalo o que acontece nesta capital. Nós não tínhamos oscilação de energia elétrica, agora tem em todos os bairros. Este é o privado. O Melo votou, como deputado, pela privatização da energia elétrica e agora ele escreve *tweets* e diz assim: “Por favor, alguém da Equatorial fale comigo, que a casa de bomba está sem energia elétrica”. Lembram desse episódio? Que a direção privada da Equatorial não atendeu a Prefeitura de Porto Alegre, que é o maior cliente dela, o maior cliente é a Prefeitura. Então, cidadania, não se enganem, não se enganem com esse discurso do encantamento da concessão, porque eles vão querer polemizar, eles vão querer dizer assim: “Não é privatização, é concessão”. É a mesma coisa dita de uma forma diferente. É um tempão alguém lá ganhando, literalmente, um

cliente que é toda a população e não tem competição. Todo mundo vai ter que pagar para o parceiro privado.

Agora, para outras coisas eles acham dinheiro, Margareta, para outras coisas eles acham dinheiro. Eles acharam milhões para dar para a South Summit e não acham milhões para dar para a população para fazer drenagem, eles dizem que tem que vir o privado. Agora ali eles acharam público, foi lá, daí a Prefeitura abriu o bolso e botou na South Summit. O governador fez mais feio ainda, botou mais dinheiro que a Prefeitura. (Presidente informa que resta um minuto do tempo combinado.) Está pior ainda, na jogada, do que o Melo. O cidadão falou bem, ele falou das Ferrari, que isso é o escândalo da SMED, saiu uma matéria de jornal. Na SMED, o filho do prefeito está indiciado, isso ninguém fala, isso ninguém fala! O filho do prefeito está indiciado nesta cidade por causa do quê? Ninguém fala nada, ninguém fala nada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Calma, cidadão, acalma o coração, o Lula é Presidente, nós estamos falando do prefeito que alagou este CTG aqui, porque não fez as obras. O senhor não sabe, mas eu estou aqui na educação para lhe dizer também, lhe trazer informação: não foi o Lula que alagou este CTG, foi o prefeito Melo, irresponsável, que não ouviu os engenheiros do DMAE, que diziam para fazer as obras nas casas de bomba, as obras no muro da Mauá, e não fizeram. Então, o senhor tenha a decência e o respeito pelos moradores daqui que tiveram a perda total das suas casas por causa desse prefeito irresponsável, e nós não vamos deixar vender o DMAE. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim, eu já ia comunicar. Ver. Jonas, hoje pela manhã, o carro de som passou chamando a população aqui, do Simpa, do Simpa, exatamente, tá?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Fala o Sr. Bruno José de Oliveira. Sr. Bruno, cinco minutos para o senhor. Vereador, deu, Ver. Jonas, por gentileza.

SR. BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA: Eu queria lembrar aqui que, agora há pouco tempo, no G1, saiu: “O MP acusa ex-diretor do DMAE de receber propina de R\$ 517 mil”. Para que será que foi essa propina que ele recebeu? Por que será que o diretor do DMAE recebeu propina? O Loss, ex-diretor do DMAE, saiu e assumiu a Aegea, empresa estadual de concessão de água que assumiu a água da Corsan. Então, que tipo de gestão o prefeito Melo pretende oferecer para a cidade? É a gestão que a gente viu aqui no final do ano passado? Sou morador da região, saí de casa às cinco e meia da manhã, com água pelo peito, porque as casas de bomba não funcionaram. É essa a gestão que vocês querem entregar para a privatização? Querem privatizar para fazer tudo isso de novo? Não colocar casas de bomba para funcionar, para o morador não ter como sair de casa? Ter que sair de... Afastaram toda a população da região aqui, né? Essa é a gestão Melo, essa é a característica da gestão do Melo. Colocou a população para fora daqui, daqui a pouco, vão aparecer com grandes empreendimentos. Não é isso? Não é essa a intenção? Expulsar a população pobre? E o DMAE faz parte disso. O DMAE está aqui, está aqui a cecezada para defender o quê? O que estão ganhando para ficar até as oito da noite, para atacar a nossa população, atacar o povo da região, que é o povo que mora aqui e vem aqui defender o que é seu, a sua casa, a sua moradia, a sua água, para ter dignidade, para ter acesso ao público e não ao privado. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Bruno. Os vereadores, quando quiserem, tá? E a deputada também, quando quiser se inscrever, fique à vontade, deputada Sofia. Fala o Sr. José Arnildo Gomes de Mello, patrão do CTG Vaqueanos da Tradição, que está aqui nos cedendo este local tão legal. Muito obrigada pela cedência deste espaço, Sr. José Arnildo, o senhor tem cinco minutos.

SR. JOSÉ ARNILDO GOMES DE MELLO: Obrigado à Mesa dos trabalhos já constituída, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes nesta noite aqui; eu vou fazer uma fala relativamente favorável a esse evento que está acontecendo da parcerização da Prefeitura em relação à água e ao esgoto do DMAE. Peço licença aos meus colegas do DMAE, eu tenho muito respeito por vocês, por tudo que foi feito e por todos esses anos que eu também trabalhei no DMAE, implementando melhorias, fazendo sistema de gestão e tudo mais que favorecesse o serviço do DMAE e favorecesse a população de Porto Alegre. Eu sei que o DMAE tem engenheiros muito qualificados, trabalhei com vários durante todos esses tempos, os colegas do DMAE têm uma qualificação muito grande a respeito de tudo e um conhecimento muito grande, que a Sandra já mostrou aqui, a respeito do DMAE. Mas tem um porém: em 2015, 2016, quando eu estive na diretoria do DMAE, que eu fui chefe de gabinete lá, já tinha uma conta que a gente precisaria, naquele momento, de R\$ 2 bilhões, pelo menos, para fazer a gestão da água e do esgoto cem por cento para a população de Porto Alegre. E hoje, claro, eu acredito que não chegue nos R\$ 10 bilhões que a Prefeitura coloca, mas em torno de R\$ 6 bilhões são necessários. Eu acredito que sou parcialmente, digamos assim, favorável à parcerização, porque é uma parcerização, e essa parcerização, no tempo em que for estipulada, de 30, 35, 40 anos, os bens voltam para a Prefeitura. Hoje, se a Prefeitura tivesse que fazer a universalização da água e do esgoto, que a água já é universal em Porto Alegre, mas o esgoto não, e justamente aqui, como eu tenho atuação neste bairro e me criei aqui, nós temos uma necessidade muito grande neste bairro, principalmente nas zonas mais pobres, e isso acontece em Porto Alegre como

um todo. Porto Alegre tem inúmeras vilas em que o esgoto não chega ou não sai de lá. Então, nós precisamos fazer essas obras, é necessário que se façam essas obras, e a universalização deve acontecer – a Sandra pode me corrigir, se eu estou certo ou não – até 2036. É isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOSÉ ARNILDO GOMES DE MELLO: Trinta e três; e o DMAE não tem pernas para isso, só por isso eu sou favorável à parcerização, até porque o DMAE fica com o tratamento de água, fica com os funcionários, que essa é a maior preocupação, recoloca todos os funcionários, e fica com as águas pluviais, que as águas pluviais são a grande dor de cabeça de Porto Alegre, e essa parte fica com a Prefeitura. Também, porque a gente tem, como eu já falei, a grande necessidade, claro, a grande necessidade hoje, nossa, é a captação e o tratamento do esgoto, e a universalização desse trabalho, principalmente nas vilas de Porto Alegre. Claro, eu não falo por mim, porque eu moro numa zona privilegiada, eu tenho tudo isso... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...mas eu sinto a necessidade das pessoas que estão lá na ponta, que estão nas pontas, nas vilas, que estão nos locais onde Porto Alegre cresceu desordenadamente, e lá é necessário esse trabalho. Hoje, nós temos 99% ou 100% de água, claro, mas temos muitos locais que vai com carro-pipa, e às vezes, quando falta água lá na ponta, demora uma semana até para voltar. Eu sei disso, e é só por isso, gente, que eu sou favorável à parcerização. É isso, muito obrigado, desculpem qualquer coisa. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. José Arnildo, obrigada também pela cedência aqui deste espaço. Quero comunicar aos senhores que nós estamos aqui com a Guarda Municipal, muito obrigada aos guardas municipais que estão aqui fazendo a nossa segurança, cuidando da nossa população, muito obrigada, e que continuem assim trabalhando.

Fala agora o Sr. Rodrigo Henrique Costa... Desculpa, Deputada Sofia, por gentileza.

SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada. Boa noite, boa noite, Presidenta Comandante Nádia – Presidente Comandante Nádia, ela faz questão de se chamar de presidente –, eu quero cumprimentar o secretário Coronel, o secretário é sempre muito atencioso, mas hoje terei que discordar das suas teses; e o nosso querido Luiz Afonso, diretor legislativo; Edson e Sandra – desculpem, não quero ficar na frente de vocês. Fiquei impressionada com a apresentação da Sandra, que representa o DMAE, colegas servidores, porque esse é o papel que a Prefeitura devia fazer: orgulhar-se do DMAE, apresentar as obras que estão fazendo, com recursos que a população paga, uma tarifa módica, com acesso à água, água de excelente qualidade. E, obviamente, hoje, um DMAE que tem deficiências, porque vem sendo desmontado desde o governo Marchezan. Marchezan e Melo, determinados a vender o DMAE, vêm se imiscuindo na gestão, o Tribunal de Contas deliberou...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Deputada, só me deixa pedir silêncio; eu tranquei seu tempo aqui, está? Por gentileza, tem um pessoal ali conversando. Cindi, eu acho que é a Cindi, não é? Cindi, por gentileza, a deputada estadual Sofia está falando.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas isso é segurança, Cindi. O senhor está com problema?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim, é segurança nossa toda. Se a senhora tem problema com segurança, desculpa-me, mas eu gosto de gente fazendo segurança.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Cindi, te acalma, toma uma água. Estamos com a nossa deputada tentando aqui desenvolver... Eu tranquei seu tempo, deputada, queremos ouvi-la aqui. Alguém ali, por gentileza, uma água para a Cindi, para ela se acalmar, está tudo bem. Pois não, deputada, pode continuar.

SRA. SOFIA CAVEDON: Eu entendo a revolta da Cindi. A Cindi é nossa diretora do Simpa, Presidente Nádia. E eu, quando cumprimentei meus colegas da Guarda, eu disse: “Vão lutar para defender o DMAE, porque, depois, eles vão privatizar é a Guarda”. Porque o que mais dá para transformar mesmo em dinheiro, essa visão, infelizmente, é a visão deste governo, tudo que é negócio, tudo que é...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SOFIA CAVEDON: Vamos esperar um pouquinho a Cindi, porque eu estou me desconcentrando, Cindi.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Cindi, por gentileza, nós temos uma deputada estadual nos visitando, vindo aqui a audiência pública, tentando desenvolver o seu raciocínio, fica difícil. Cindi, toma uma água ali, fica calma. Segurança é isso, aqui não vai ter ninguém roubando o celular, aqui não vai ter ninguém fazendo nada, fica tranquila.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A senhora fica tranquila. Assim, eu vou garantir, com certeza, a fala da deputada, a fala de todos que vierem aqui, vamos garantir, porque, senão, a pessoa não consegue desenvolver o raciocínio aqui para podermos dialogar.

SRA. SOFIA CAVEDON: Preocupada, inclusive, com a tua contestação, eu coloquei isso. Entendo que há uma revolta importante, porque essas comunidades que viveram o que viveram, e que vivem a falta de água, ou então que vivem a enchente que viveram, tem que saber que há, sim, um desmonte do DMAE. O DMAE já teve 3 mil funcionários, hoje tem pouco mais de mil, contando, inclusive, os estagiários. Todas as denúncias do Cores, do Simpa, e que nós apoiamos, já fez com que o Tribunal de Contas determinasse ao governo fazer concurso. Aí o governo leva seis meses para pensar um concurso, seis meses para publicar o concurso. Ou seja, o DMAE está deixando de atender ocorrências, perdendo água, cada vez em maior quantidade, por desmonte do DMAE, por impedir licitação, por não realizar obras na qualidade que tem que realizar, como lá na Zona Sul – como é nome? –, que parou mais de dois anos, a Ponta do Arado, uma obra fundamental para não faltar água na Zona Sul. Tudo isso tem responsabilidade. Eu concordo com quem disse aqui que o governo deveria ter vergonha de mostrar aqui água e esgoto misturado na frente das casas e cano para servir, porque é, sim, a proposital incompetência. Não é a incompetência, é de propósito. Para quê? Para vender o DMAE. Gente, o DMAE é lucrativo. Também o Tribunal de Contas apontou R\$ 300 milhões/ano ficando no caixa do DMAE, quando precisa estender água, quando precisa tratar esgoto. Mesmo assim, o único argumento que eu ouvi aqui: “Tem que fazer concessão, porque nós temos que cumprir um marco legal”. O DMAE das capitais, das cidades do Rio Grande do Sul, é uma das melhores em capacidade de separar esgoto e água instalada. O que precisava? Trabalhar a ligação das famílias, porque tem instalação, tem instalação. Quantas vezes, Sandra, eu pedi socorro, porque na minha casa, na frente da minha casa, tem uma boca-de-lobo que tem

cheiro de esgoto, e eu digo que não é possível, é em Petrópolis, há famílias que estão ligadas no lugar errado. Esse trabalho ... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...deveria ter sido feito, mas o DMAE está adiantado, o DMAE tem plenas condições de garantir a água pública, de tratar todo o esgoto, com lucro.

Nesse minuto final, eu vou dizer o seguinte: quem se ilude com a conversa de que o privado vai fazer mais rápido, sem burocracia, o privado precisa de lucro, vive para o lucro, não vem para fazer filantropia, para fazer esmola, para fazer caridade, não tira do bolso dos banqueiros para fazer caridade. O lucro da empresa privada vai para os donos da empresa privada, que aqui já foi dito que estavam dentro do DMAE, lá na Aegea. E, portanto, o DMAE hoje, que é uma autarquia pública, o lucro volta para investimento na cidade, todo o lucro ou toda a sobra de pagar os funcionários, pagar o custeio. Quem vai pagar, portanto, essa diferença que vai para o bolso? A população. E é uma mentira que o privado faz melhor, porque a Aegea, a Equatorial, isso já foi dito. Então, gente, vamos nos levantar. A cidade de Porto Alegre tem que se levantar. E eu espero, Nádía, eu termino aqui, Comandante Nádía, Presidenta, que a opinião majoritária dita nas audiências públicas seja ouvida e a Câmara respeite a vontade da população.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, deputada.

SRA. SOFIA CAVEDON: Dizer “não” numa audiência e depois votar a favor não é leal com a população.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, deputada. Fala Rodrigo Henrique Costa, da Associação Desabafa.

SR. RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY: Boa noite, pessoal, boa noite, comunidade, vereadoras, vereadores, trabalhadores do Município; primeiro, eu queria, dizer que acho engraçado que, talvez, na incapacidade de defender,

muda-se o nome das coisas. Agora não é privatização, é concessão. A Equatorial também é uma concessão. Por 30 anos, a Aneel concedeu o direito da Equatorial de distribuir energia em um terço do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria, é uma pena que não estão aqui os moradores da comunidade da Vila Liberdade e da Vila Santo André, que são duas comunidades aqui da região que foram recentemente regularizadas pela Equatorial. Eu queria que vocês fossem e ouvissem os testemunhos dessas comunidades, os moradores dessas comunidades, para saber a experiência deles com o serviço prestado pela Equatorial. Vocês sabiam – são comunidades muito pobres, que não têm esgoto, não tinham energia elétrica até há pouco tempo – que a Equatorial regularizou e não colocou a tarifa social? Tem pessoas que ganham um salário mínimo ou menos que estão pagando R\$ 400,00 de luz na primeira tarifa. Tomaram um talagaço. E agora estão vendo qual é a eficiência do setor privado quando lida com bens públicos, porque a água e a energia não é uma parada de ônibus, eu não preciso da parada de ônibus para viver, eu posso esperar o ônibus sem o *wireless*, sem... (Palmas.) ...porque água e energia são monopólios naturais. Para quem não sabe, não vai haver três torneiras na frente da sua casa para escolher qual é a mais barata. Vai ter uma só, que vai explorar por 30 anos aquele serviço, e se o serviço foi ruim, azar, vai ter que ficar com aquele serviço, porque aquela empresa tem um contrato para prestar.

Por que eu estou falando da Equatorial, se a gente está falando aqui do DMAE? Porque o que muda com a concessão privada de um serviço público é a lógica da prestação de serviço, muda a lógica de operação da empresa. Uma empresa pública tem que respeitar os princípios da administração pública – legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade –, ela presta contas para o Tribunal de Contas e se ela for mal administrada, o seu cliente vai votar e vai botar para fora aquele mau gestor e vai botar alguém melhor. A empresa privada, qual é o princípio que rege ela? O princípio máximo é o lucro. Eu sei porque eu trabalhei na CEEE e trabalhei na Equatorial, e quando eu cheguei na Equatorial, colocaram lá: “Buscar o lucro acima de tudo”. Primeiro, demitiram metade dos funcionários. Isso já fizeram no DMAE, antes de privatizar, porque existe uma

lógica também de como é que os governos operam para privatizar as empresas. Primeiro, sucateia, não faz concurso público, perde investimentos, deixa a população irritada para ganhar a opinião pública a favor da privatização, porque é tão ruim; porque uma onda veio da década de 90 e todo mundo queria privatizar tudo. Começaram a ver que não era tudo isso, que a propaganda não se cumpria, e aí ficou feio dizer que quer privatizar, então começa a mudar o nome. Ah, não, é concessão, é outra coisa. Mas a lógica, na vida da população, é a mesma coisa. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Então, eu só queria, enfim, acho que é esse o recado: muda a lógica do serviço e o lucro privado se sobressai sobre o interesse público. Isso é o que acontece numa empresa privada.

Eu queria fazer um apelo aos vereadores que estão aqui, Ver. Fleck e outros vereadores que têm voto das comunidades, eu sei que vocês ganham voto dessas comunidades, essas pessoas que vão sofrer as consequências das decisões de vocês: que pensem nesse povo. Pensem no povo que está sofrendo, que está pagando R\$ 400,00, R\$ 500,00 numa conta de luz, na primeira, porque a Equatorial não quis, ou esqueceu, talvez, que fosse baixa renda, e não quis registrar a tarifa social. Isso vai acontecer com a empresa que administrar o DMAE, caso ele seja concedido ou privatizado. Então, é por isso que a gente diz: "Não à privatização!" Água é um bem fundamental, é um bem vital e não pode ser objeto de lucro para empresas explorarem. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sr. Rodrigo. Fala, o Sr. Guilherme Barbosa.

SR. GUILHERME BARBOSA: Boa noite, Sra. Presidente; quero cumprimentar também o secretário, o diretor do DMAE, o vereador honorário Luiz Afonso, Sandra e Edson, vereadores presentes, demais pessoas da comunidade. Há muitos anos nós viemos aqui fazer reunião, às vezes com milhares de pessoas, neste bairro, e não havia nenhuma segurança armada, com arma pesada. O povo é pacífico, tranquilo, ninguém bate celular de ninguém. É impressionante

essa situação, deprimente, na verdade. A Câmara de Vereadores, a Casa Legislativa da cidade, quando vai ao povo, vai com essa segurança armada, fuzis. Olha, isso aí, para mim, é uma demonstração que não respeita o povo. (Palmas.) Mas eu tive a oportunidade honrosa de ser diretor do DMAE, e fui também secretário de obras e fui, por 12 anos, vereador da nossa cidade, com muita honra também. Quando eu cheguei ao DMAE, conheci um órgão enxuto, com capacidade de investimento, um quadro funcional qualificado, atualizado. E o DMAE, durante todos os prefeitos – o DMAE vai fazer agora 64 anos, se não me engano, no final do ano, 64 anos, como autarquia –, está sempre melhorando o seu trabalho, sempre crescendo, com todos os prefeitos de todos os partidos. E, como já foi dito, eu quero reforçar, chamar a atenção para a população, principalmente, de que o abastecimento da cidade já foi feito por duas empresas privadas, e era uma porcaria, não crescia, a água não chegava aos bairros, e foi por isso que a Prefeitura tomou o serviço para si.

Portanto, roda o mundo e querem cometer o mesmo erro, de novo, mas não aprendem nada. A empresa privada procura o lucro, é evidente, e necessariamente vai aumentar a tarifa por uma questão técnica. Uma autarquia, nessa definição da lei administrativa, uma autarquia não paga imposto de renda, não paga fundo de garantia, e assim por diante, que uma empresa privada vai pagar, quando for comprar os canos, o material para tratamento da água, e assim por diante, vai pagar esses impostos e o DMAE não paga. Isso significa, senhores vereadores, 30% a mais nos custos de uma empresa privada, que a autarquia não tem. E história, já foi dito aqui, Uruguaiana e Manaus, o Rio de Janeiro, São Paulo, recentemente, e o Estado do Rio Grande do Sul, com dois grandes exemplos da privatização. A Equatorial, que virou esse drama para não só os porto-alegrenses, mas para os 72 municípios no Estado que a Equatorial atende, demora muito mais para atender quando tem um problema. Agora a Aegea, nesse verão que passou, levou multa de Passo Fundo, de Erechim, de Canoas, de Santa Maria, porque faltava água semanas, semanas. Nunca tinha acontecido com a Corsan. Nunca tinha acontecido com a Corsan. E a Aegea trouxe esse drama também para a população do nosso Estado. E isso é uma

realidade só nossa? Não, não. Lá na Câmara de Vereadores, falei, há um órgão que se localiza em Amsterdã, capital da Holanda... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...chamado TNI, é uma sigla, *Transnational Institute*, que estuda a gestão pública no mundo inteiro. No relatório de dezembro de 23, já eram, senhoras e senhores, 1.701 serviços no mundo inteiro que foram reestatizados. Eles foram puxados de volta pela precariedade do serviço, e sempre por três motivos: aumento de tarifa, precariedade do serviço e falta de investimento. Sempre os três motivos. A Aegea, a Equatorial, eles têm fundo de garantia na sua composição acionária, e sempre tem fundo. E esse fundo quer o quê? Retorno do seu investimento. Eles querem aumentar o lucro e, portanto, como é um monopólio, só existe uma empresa, e todos nós somos obrigados a comprar todo dia a água e a energia elétrica, e não tem concorrência, eles não se interessam com qualidade, só se interessam pelo lucro. Portanto, o DMAE, sim, tem capacidade de investimento. Se for buscar o dinheiro, onde o privado vai buscar? É BNDES e tal, tem capacidade de buscar, fazer investimento. Muito obrigado. DMAE Público! (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Sr. Guilherme, encerrou seu tempo. Fala o Sr. Joel Romazini Tricot.

SR. JOEL ROMAZINI TRICOT: Boa noite; tenho o prazer e a honra de ter morado nesta cidade por 42 anos. Aqui eu criei meus filhos. Aqui eu vi essa babaquice de privatiza ou estatiza. Eu tenho uma foto para mostrar para vocês. Eu tenho uma foto para mostrar para vocês. Desculpe, desculpe. Tenho uma foto para mostrar para vocês, para mexer na cabeça de vocês. Aqui nem a privatização nem a estatização resolveu. Aqui o que resolveu? O que foi? Vocês não sabem, não é? Vocês não sabem, miseráveis. Sabe por que vocês não sabem? Vocês não estudaram geografia. Não estudaram geografia. Você sabe onde é que nasce o Rio das Antas? Alguém sabe aí? Tu sabes, oh, sabichão? Na serra gaúcha. Exatamente. Exatamente. E de lá ele vai embora (Faz som com a boca.). E vai embora. Aí tem uma hidrelétrica, aí pega água, larga energia.

E vai água, e vai água E tem outra hidrelétrica, outra. Daqui a pouco tem outra. E o que que vai acontecendo? Vai aumentando a velocidade da água. Os nossos técnicos especializados, os nossos hidrólogos, os nossos especialistas não falaram nada sobre isso aqui. Nada! Mas nós sofremos. Nós saímos com água pelo pescoço, e eu me achava muito esperto, porque tinha participado dessa porcaria do projeto, esse projeto da Prefeitura. Fui em todas as reuniões, só escutei babaquice. Eles não sabem o que é política, eles não sabem o que é politicagem. Eles pensam que nós somos otários a vida toda. Nós não seremos mais otários!

Depois que as águas do Taquari nos molharam, nós fomos rebatizados. Só aqui, morreram 187 pessoas; oficiais, né, oficiais. Nos outros probleminhas que tiveram aí... Los Angeles, ajuda aí, cara, por aí, tiveram outros 1.800. Estados Unidos, 1.800; Japão, 18 milhões – 18 milhões! E são espertos os japoneses, eles fizeram a ronda, e agora nós estamos discutindo privatização, privatização. Não interessa! Se tivesse, se soubesse, se os engenheirinhos aí, que passeiam com o nosso dinheiro público, que gostam de ir à Holanda, na puta que pariu, se eles soubessem alguma coisa, eles não falavam isso. Tem que fazer uma represa no Rio Taquari. É isso que tem que ser feito. Vocês não conhecem geografia? Os caras da UFRGS falam muito, o HDI, não interessa, eles não sabem o que fazer. Então, depois que vocês passarem por isso aqui, nós não temos que nos preocupar se é estatal ou privatizado; nós temos que nos preocupar é com conhecimento qualificado. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sr. Joel. Nenhum vereador deseja se inscrever? Está tranquilo? Então, passamos ao Simpa, ao Edson. Dez minutos para suas considerações finais.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todos, cumprimento a Ver.^a Comandante Nádia, os demais componentes da Mesa, a Sandra; esta é mais uma noite, a terceira rodada que nós fazemos, na verdade, de audiências públicas. Essas audiências têm o intuito, ou devem ser aproveitadas, para a

gente fazer o debate, procurar compreender o que está acontecendo e o significado que vai resultar ao final desse processo, não só para quem está presente aqui, para aqueles que não puderam, mas para a cidade como um todo. Existe uma questão, não querendo ser repetitivo, que é básica nisso, entende? Que é a questão assim, pressupõe-se que qualquer governo, seja ele mais conservador, menos conservador, mais de esquerda, isso, aquilo, ele é um governo que tem que governar garantindo, no mínimo, a civilidade, a dignidade das pessoas. E, para ser assim, ele tem que ter meios de executar as suas políticas.

Quando o governo deixa de ter órgãos com capacidade de executar suas políticas, que sejam a extensão do que quer fazer, e delega essa atividade a terceiros, quartos, seja através da parcerização, concessão, privatização, conveniamento ou o tema que se quiser dar, perde-se a capacidade de gestão, mesmo que não se queira, porque é outro que está executando, e existe um contrato, e o contrato tem que ser respeitado. Então, em função disso, o que acontece? A redução do Estado, do tamanho do Estado, faz com que o que é o serviço público – aquilo que seria executado pelos servidores públicos, pelos serviços públicos – passe a ser executado por terceiros, das mais variadas formas. E, com isso, a lógica do serviço público que é manter e aprimorar o serviço para garantir a dignidade e o acesso a todos, de forma universal, seja no saneamento, educação, saúde, meio ambiente ou outras coisas mais, e deixa de sê-lo. Por quê? Porque há uma apropriação lógica de qualquer empresa da necessidade desse serviço, não no sentido de prestá-lo, mas de utilizar a necessidade desse serviço ser prestado para auferir lucro. Isso é básico, é lógico, e é isso que está por trás da diferença de como o serviço público tem, sim, muito mais condições – melhores condições – de executar com menos custo e com qualidade do que um serviço privado. Essa é a questão que está de fundo aqui.

O tempo que se gasta neste debate, desde 2017 – nós vamos, na verdade, já para 9 anos, 8 anos –, se tivesse sido dedicado aqui, no caso do DMAE, tivesse sido aprimorado o serviço, estaríamos próximos, sim, já do atingimento do que

é previsto nesse marco regulatório de 2033, com certeza no esgoto, e já na água isso ocorre há bastante tempo. Toda uma insegurança, toda uma dificuldade, toda essa energia gasta hoje neste debate não precisaria estar sendo feito. O que teria que estar sendo feito, neste momento, era o que fazer para o DMAE público ser melhor do que já foi ou do que é. E o DMAE era tão bom que, mesmo depois de oito anos sendo precarizado, ele ainda consegue funcionar, consegue atender e demonstrou, em várias situações do dia a dia, que a gente inclusive procura reportar a nível de divulgação com materiais nossos.

Então, essa questão de, por exemplo, há uma preocupação com o esgoto, mas fui obrigado a citar, e mais uma vez vou ter que citar: há um ano, na cheia, houve inundação na ETE Sarandi, na Zona Norte, e há um ano essa estação está soltando 130 litros por segundo de esgoto. Então, como que há uma preocupação com o esgoto? Não haveria como, de forma emergencial, diante de uma situação de calamidade pública, ter mais celeridade no sentido de contemplar, sustar e sanar essa dificuldade? É um exemplo claro. A questão da Ponta do Arado, como foi citado aqui, em relação à água, que poderia já, desde o ano passado, estar minimizando, no mínimo, a dificuldade de abastecimento na região mais sul da cidade, na Lomba do Pinheiro. Então, são exemplos concretos.

Nós temos situações onde colegas, por exemplo, de uma área do DMAE – que são as adutoras, que trabalha com a questão de consertos do encanamento mais pesado, de maior calibre, e que não tem hora para começar, e muito menos para terminar o serviço, de acordo com o acidente que ocorra – que estão sem receber horas excedentes desde o mês de fevereiro deste ano. E por que tem isso aí? Porque é uma equipe já reduzida, que constantemente tem que trabalhar mais. Nós temos a questão hoje de dezenas de milhares de contas que têm que ser revisadas, mas não são, por quê? Porque faltam assistentes administrativos e pessoas para fazer a revisão. E nem a Aegea faz isso, a Aegea não tem terceirizado a sua área de leitura, é quadro próprio.

Parceria, eu me lembro do prefeito Dib, cito o prefeito Dib, que foi parceiro nosso desde o primeiro momento na defesa do DMAE público, no sentido de dizer o

quê? Parceria a gente faz com a população, e não com empresa privada, porque a empresa privada visa o lucro, e a população é quem merece, e é para quem nós trabalhamos. Então, é parceria com a sua população. (Palmas.) E aí faço um apelo à gestão, e sempre é tempo de a gente ajustar a política, que após todo esse processo de debates, se consiga fazer uma reflexão. É tempo ainda de se ajustar o caminho, é tempo ainda de se procurar ver o bem comum. O que é o bem comum? Não é o interesse de uma empresa ou outra, seja Aegea ou Equatorial, porque a Equatorial também pode concorrer para o DMAE, que a Equatorial também faz saneamento, mas sim a população de Porto Alegre. E essa não é questão partidária, essa é uma questão de cidadania. Eu acho que, nesse sentido, a gente tem que analisar o que está ocorrendo aqui. Há uma necessidade, sim, de fazer o debate, de ampliar ele, mas no sentido de manter o DMAE público e aprimorar, devolvendo a autonomia administrativa do DMAE, repondo o quadro defasado do DMAE, com a nomeação de todos os aprovados nos 14 concursos feitos em outubro do ano passado, que até agora não foram nomeados nenhum deles no sentido de chamamento pelo edital. A questão é, enfim, tornar o DMAE aquilo que sempre foi, e não fazer um processo, como já foi colocado aqui, onde há, sim, uma privatização facilitada por 35 anos, cujo contrato não há previsão de interesse social, e, se houver, vai ser a centralizada que irá compensar a empresa por não cobrar essa água. Ou seja, isso vai pesar no caixa do conjunto da Prefeitura. Vai estar previsto no contrato, sim, que mesmo que tudo não funcione, vai ter – e tinha no estudo passado – 8,73% de retorno em qualquer situação para o parceiro privado. Se houver rompimento de contrato que não atendeu, vai ter que, sim, pagar uma multa rescisória por sucessão de dividendos futuros. Então, tudo isso tem que ser debatido. No mínimo, nós temos que debater aqui não só a autorização da concessão, tem que estar sendo debatido aqui, claramente, que projeto é esse no seu detalhe, no contrato, linha por linha, para que ficasse claro para todos o que nós estamos discutindo aqui. Nós não estamos debatendo aqui só a autorização, a gente está debatendo algo que não está bem visível ainda, e que a gente pretende, com certeza, em próximos encontros, poder fazer uma apresentação onde possa

elucidar melhor isso aí. Porque Porto Alegre não pode se tornar um refém. O que acontece hoje: concessão. Não são só paradas de ônibus, a concessão hoje privada dos ônibus, qual é a qualidade que tem? O quanto decaiu nos últimos 10 anos? A gente tem dificuldade no atendimento, sim, da saúde. A gente tem dificuldade, sim, na questão da educação, onde está sendo prevista e proposta uma Parceria Público-Privada. A questão do meio ambiente hoje está toda terceirizada no que existe ainda, e assim vai sendo. E, daqui um pouco mais, o governo municipal, por mais que queira, não consegue implementar política nenhuma. E a governança de uma cidade, seja de que partido for, ela tem que estar colocada a serviço do interesse comum e não do interesse privado. Esse é o grande debate. E é um debate claro e óbvio, e não é nem uma questão de mercado, porque mercado significa ter concorrência, e, como foi colocado aqui, não há concorrência. Não há concorrência! E a parte essa preservada do DMAE, que é captação e tratamento, ela vai ficar completamente subordinada à lógica daqueles que vão distribuir e vão cobrar pela água, e caro. E não tem como a atividade melhorar. Por que não tem? Porque o custo da empresa vai ser maior, pela questão dos dividendos e encargos sociais.

Outra coisa a ser colocada, entende, daqui um pouco mais vai acontecer como a Cedae, como foi citado aqui, onde o governo estadual está encaminhando agora uma consulta ao mercado, para também a questão da captação e tratamento ser entregue ao mercado. Por que isso aí? Porque essa é a lógica da coisa. Então, tem duas formas: ou a gente governa pensando no bem comum de todos – pensar no bem comum significa ter um custo menor para a população e assegurar o seu direito – ou a gente entrega para o mercado, e, daqui um pouquinho, o mercado, o parceiro privado não entrega o que se queria, e aí está transformada a coisa num problema.

Então, essa questão de fazer o debate de forma desarmada e fraterna, mas é importante que todos tenham clareza, o que está se debatendo aqui não é só quem é contra ou a favor do governo Melo. A questão é assim, é a questão da cidade de Porto Alegre, o que vai acontecer com a cidade de Porto Alegre. A própria gestão Melo – quase encerrando –, dando tudo certo nesse processo de

audiência pública, fazendo licitação, tendo concorrência, tem um processo de transição entre o público e o privado dessas áreas, e vai ser caótica. Hoje, a questão do DMAE já está com muita dificuldade nessas áreas, e vai ficar muito mais ainda. Então, no próprio final da gestão Melo, nós vamos ter um período onde, dando tudo errado para a população, no nosso entendimento, e certo para o projeto esse de concessão, que vai ser muito problemático. Então, não há necessidade de acontecer isso aí. O que há necessidade é reviver essa discussão toda, se devolver a autonomia e iniciativa do DMAE, repor o quadro dos servidores do DMAE, e pensar no bem comum da cidade... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... ou seja, que Porto Alegre tenha um serviço público de qualidade, como sempre teve no passado, inclusive em épocas de outrora, e possa contar para isso no futuro, não só na questão do saneamento, mas em todo o serviço público. E, independente de qual seja o governo, a posição que o Simpa tem é de defesa do serviço público como uma questão de direito da cidadania. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Edson, do Simpa. Passarei agora, dez minutos, a palavra ao governo.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Boa noite; bom, primeiramente, gostaria novamente de saudar a Mesa, especialmente o Luiz Afonso – não te citei na primeira fala, mas agora vou sublinhar o teu nome aqui. Mas, gente, acho que foi bem produtivo o nosso encontro. A nossa intenção, como governo, é esclarecer à população sobre exatamente o que é esse processo de concessão. A gente sabe, no nosso dia a dia, enfrentando os desafios da cidade, que a burocracia estatal é algo muito forte dentro da Prefeitura, e, também, isso é refletido dentro do DMAE. Quando se faz uma concessão e tu transferes parte dos serviços, especialmente neste caso que nós estamos falando, das redes de esgoto, nós queremos buscar, com isso, uma aceleração dos investimentos. O sistema é muito burocrático dentro da Prefeitura, dentro do DMAE. Ele tem um processo licitatório, ele requer uma série de etapas, quando dá tudo certo, nós

estamos falando de meio ano. Para a gente acelerar esse nível de investimento, a gente quer passar para a iniciativa privada essa concessão, nisso que nos interessa hoje em acelerar, que é exatamente a construção de rede de esgotos para aquelas pessoas que mais necessitam desse atendimento.

Alguns destacaram aqui a questão do meio ambiente. Nós só vamos conseguir ter uma cidade mais equilibrada ambientalmente, de forma sustentável, se nós tivermos uma rede de esgoto consolidada na cidade. Isso tem reflexo não só na qualidade de vida, mas também na saúde das pessoas e também diretamente no meio ambiente. Hoje, nós temos um Guaíba contaminado, poluído, muito em razão por que não há uma rede de esgoto consolidada na cidade.

Então, eu quero ainda registrar e deixar bem claro: concessão é diferente de privatização. Na privatização, a gente passa o patrimônio na sua totalidade para a iniciativa privada, e isso nunca mais retorna para o poder público. Já a concessão, ela passa temporariamente para exercer um serviço a ser realizado, mas, ao final do contrato, esse serviço retorna, todos os bens retornam para o serviço público.

Então, gente, deixando de lado aqui as questões ideológicas, o que se busca aqui é uma maior eficiência dos serviços prestados e aumentar, sobretudo, a qualidade do serviço do DMAE, nisso que hoje é a maior fragilidade, digamos assim, porque aqui a gente viu os dados, 99% da água hoje chega na casa das pessoas. O que se quer buscar é que a gente tenha uma efetividade, uma aceleração desses investimentos através da iniciativa privada. Evidente que a nós, poder público, cabe conceber um projeto sério, equilibrado e que possa ter uma composição de eficiência no serviço, de uma tarifa adequada à motricidade da tarifa, e também que seja, e aqui a gente já destacou isso, mantida a tarifa social, que é regulada por lei federal, não é uma invenção de governo. Isso está regulado em lei federal, e a tarifa social, obrigatoriamente, por lei, independente do modelo, ela tem que ser preservada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário André Coronel; igualmente agradeço à Ver.^a Comandante Nádia, Presidente dos trabalhos, à Sandra, ao Edson, e a todos os presentes, muito obrigado pela presença. Novamente agradecer pela oportunidade de a gente poder tratar de um tema tão importante para o Município, e obviamente, sejamos contrários ou a favor, o que a gente busca, a partir das nossas exposições, também é trazer pouco mais de informação, expor diversos espectros desse projeto de lei. Ressaltar que a intenção aqui, na medida em que a gente debate tanto, utiliza esses termos como concessão, como privatização, mas do que se trata de fato é uma contratação pública que busca a expansão de serviços, a realização de obras, e sejamos aqui contrários ou a favor sobre os termos dessa contratação, é disso que estamos falando. E aqui a importância de se ressaltar, sim, a dissonância ou a diferença da privatização, temos efeitos, consequências bastante significativas de diferença entre um caso e outro, então é por isso que é tão importante, sim, ressaltar todas essas diferenças. Senão estaria eu aqui a dizer, por exemplo, que recentemente a ministra Marina Silva privatizou a Floresta Nacional de Jatuarana, no Amazonas. E não o fez, ela concedeu o manejo florestal por 37 anos, o que, de fato, é um projeto bastante interessante, bastante ousado, e eu, de minha parte, enalteço tecnicamente. E é exatamente o que propomos aqui, nesse caso, é a contratação de determinado serviço sobre a forma de concessão, um contrato de longo prazo.

Então, em linhas gerais, é isso. Ressaltar mais uma vez que o projeto de lei não dispõe de qualquer alteração na Lei Complementar nº 170, do Município. É nessa lei, senhoras e senhores, em que está disposto o preço básico da tarifa aqui no Município. E é nesse sentido que a gente demonstra, mais uma vez, que não se trata de alterar a tarifa da água e do esgoto, não está sendo alterada essa lei, que também trata da tarifa social no Município, mas, como destacou o secretário, temos ainda, inclusive, lei federal que garante e assegura a existência da tarifa social. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Matheus. Quero aqui fazer um agradecimento novamente ao patrão aqui do CTG Vaqueanos da Tradição, que nos acolheu tão bem. Agradecer à Guarda Municipal, que está junto conosco, sempre garantindo a segurança do povo porto-alegrense. Agradecer aqui a equipe da Câmara de Vereadores, desde os nossos funcionários do som, que trouxeram essa audiência pública para cá. Relembrar que amanhã nós teremos mais uma audiência pública, a quarta audiência pública, amanhã na região do OP Norte, exatamente no CTG Asa Branca. E dou por encerrada a audiência pública da região Humaitá, da noite de hoje. Muito obrigada. Que todos voltemos com Deus para casa.

(Encerra-se reunião às 20h45min.)